

Desenvolvimento agrário e Industrialização na China contemporânea: por uma economia política do socialismo de mercado

Por Vinicius Cunha Ferreira¹

¹Docente de Economia- IFAM - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – AM – Brasil – CEP:69750-000. Email:vicufe@gmail.com

Resumo: A maior parte das publicações recentes sobre China atribui as grandes taxas de crescimento aferidas a aspectos institucionais da relação do Estado com o mercado ou foca-se no estudo das reformas convergentes com as trajetórias de desenvolvimento econômico dos países ocidentais. Existe pouca literatura sobre o assunto que não se encaixe em nenhuma destas duas correntes. O artigo tem como principal objetivo fazer uma análise e revisão da literatura partindo da identificação das *Township Village Enterprises*, empresas comunitárias das pequenas aglomerações rurais, como um dos propulsores do crescimento e relacionar a interação destas com o recente fenômeno da urbanização.

Introdução

O desenvolvimento recente na China tem fomentado muitas discussões no campo da Ciência Econômica. Todos se perguntam como um país que há pouco tempo era tido como periferia da Ásia, tendo sofrido diversas invasões ao longo do século XIX é, hoje, uma das nações mais influentes do mundo. É claro que mudanças desta magnitude não acontecem de um dia para o outro. Tudo isso se deu através de um longo processo de reformas.

A China se transformou de um país fragilizado economicamente e vulnerável em sua região para uma super potência mundial. Realizou processo semelhante ao do Japão no pós-segunda guerra mundial (pós – 1945), da “Coréia do Sul” durante o período da “Guerra Fria” e dos “Tigres Asiáticos” a partir da década de 1990 em termos de crescimento econômico. Todos estes países da Ásia tiveram suas aberturas econômicas baseadas na mão-de-obra barata, tiveram o Estado como um dos atores protagonistas, se estabilizaram economicamente e, hoje, alguns são referências mundiais em tecnologia, tendo o destaque para o Japão e sua “Revolução Tecnológica”, que é uma das mais elogiadas na atualidade.

Uma emergência tão pujante assim leva alguns estudiosos a afirmarem que está se firmando uma nova ordem mundial neste início de século, onde os países emergentes teriam uma participação muito maior. Isso se deveria ao fato que as economias emergentes estão tendo uma participação muito maior na economia mundial que os países desenvolvidos em termos de proporção de participação no Comércio Internacional. Dentro deste grupo de economias emergentes a China deve ser destacada pelo tamanho de sua população e pelas suas altas taxas de crescimento recorde. (participação Brics no PIB mundial)

Existem duas principais vertentes teóricas tentando entender como a China tem alcançado tais resultados. A vertente institucionalista foca-se no estudo das relações entre o estado e o mercado dado que no regime de socialismo de mercado o Estado participa ativamente da esfera de produção da Economia, muitas vezes até como intermediário nessa relação do Socialismo com o mercado externo. Por outro lado, há uma outra tendência explicativa, vulgarmente conhecida como convergente em vista do seu alinhamento ao *mainstream* do pensamento econômico. Tal linha dá mais importância a outros fatores como alto grau de poupança interna e de investimentos decorrentes ainda do baixo nível de consumo como razões para as elevadas taxa de crescimento da China.

Marx, em seu Prefácio aos princípios de Economia Política, define o sistema da Economia Burguesa como: capital, trabalho assalariado, Estado, comércio exterior, mercado mundial. De tal forma que no presente artigo serão analisados tais elementos estruturais afim de firmar a tese que o Socialismo Chinês é uma condição híbrida e também representa uma conformação diversa e contraditória até das categorias elaboradas por Marx. Portanto, dadas as peculiaridades da trajetória chinesa, o objetivo de tal artigo é realizar uma análise estrutural da Economia Chinesa fazendo uso dos instrumentos e categorias da Economia Política em vista da pequena produção de conhecimento que faz uso deste instrumental para analisar a China.

Os arranjos institucionais que foram vitais para o crescimento chinês desafiam as rotas de Desenvolvimento Econômico inauguradas pelos países euro atlânticos, trazendo o questionamento quanto à existência de modelos ideais de economias de mercado. O padrão histórico chinês contradiz o modelo social democrático de tradição europeia, rompe com os entraves tradicionalmente atribuídos a nações periféricas, difere de todas as transições do comunismo a economia de mercado e põe em xeque diversas certezas sobre modelos de desenvolvimento e o papel do planejamento no mercado globalizado (Jaguaribe, 2011).

A economia chinesa cresce a um ritmo impressionante. Muito já se falou sobre o poder de fogo do "dragão chinês". Seu Produto Interno Bruto (PIB), por exemplo, avançou à taxas surpreendentes nas últimas três décadas, com percentuais acima de dois dígitos em alguns anos. Só entre 1992 e 2008, último período das reformas econômicas no país, o crescimento anual médio foi de 10,36%, com destaque para os 14,2% de 1992. A média do crescimento anual dos últimos 30 anos é de 9%, incluído o recorde de 15,2% de 1984.

O começo da transformação de uma economia cuja produção era determinada pelo governo central em uma economia de mercado foi possível graças a grandes reformas econômicas e à abertura geral da economia. Além disso, segundo estimativas do Banco Mundial elas apontam que entre o início das reformas e 2004, 500 milhões de chineses deixaram a linha da pobreza com a medida de pobres caindo de 60% em 1978 para 40% em 2004 (Guimarães, 2009).

No entanto, com a economia extremamente aberta, a China figura entre os países mais globalizados e está exposta à crise e à desaceleração econômica dos últimos anos. Ainda que cresça a taxas elevadas para os padrões mundiais de hoje. Acredita-se que só com o seu mercado interno não seria possível sustentar as atuais taxas de crescimento de dois dígitos.

O Modelo Chinês de desenvolvimento

Para entendermos as transformações pelas quais a China passou é vital entendermos o papel do Estado. Foi o poder estatal que coordenou a transição da República Popular da China de uma nação arcaica para o Socialismo de Mercado. Tendo em mente que, normalmente, quão mais atrasado é um processo de industrialização, maior deve ser a capacidade estatal no sentido de prover os pré-requisitos básicos para que o desenvolvimento ocorra (Evans, 2004). O governo chinês tem um papel fundamental, pois ele que coordena essa transição, fazendo assim com que as forças de mercado sejam introduzidas, mas com o acompanhamento do Estado no sentido de corrigir eventuais falhas de mercado.

Percebe-se na tabela 1.1 que a taxa de crescimento assim como a de Investimento é alta mesmo se comparada a de alguns tigres asiáticos. Vale lembrar também que a quase totalidade destes investimentos é feita pelo Estado, diferente de como ocorreu nos tigres asiáticos em que o setor privado tinha maior participação na economia. Apenas esse dado não é suficiente para entender o espetacular crescimento, visto que a China vivia um ambiente institucional único no mundo: o socialismo de mercado.

Neste contexto, a relação do Estado com a Economia não se resume a apenas fazer Investimentos. Ele também tem o papel de garantir que os pré-requisitos básicos para o desenvolvimento do mercado como boa oferta de serviços públicos, infra-estrutura de transportes e energia, sistema financeiro eficiente, capacidade técnica e empresarial são alguns dos requisitos necessários. Priorizando estes parâmetros a China conseguiu garantir o êxito do novo sistema econômico.

Investimento bruto em relação ao PIB

Tabela 1.1
Países selecionados, preços constantes

	1952-57	1968-77	1978-94
China	23,2	28	34,2
Índia	12	16,4	23,3
Japão	26,9	34,3	30,3
Coréia	n.a.	23,3	32,5
Taiwan	15,2	24,4	25,9
França	18,8	25,2	21
Alemanha	23,4	24,2	20,6
Reino Unido	15,3	18,7	17,4
EUA	19	18,5	18,7

Fonte: Maddison, 1998 apud Moraes

Outro importante requisito que não foi esquecido pelo estado Chinês foi a educação. A China apresenta um grau de escolaridade muito superior ao de países com renda per capita similar, assim a mão de obra além de abundante e barata possui alto grau de qualificação (Guimarães, 2009). Aliado a isso também temos um quadro de baixos salários e uma vasta população rural permitindo que seja possível adquirir facilmente uma mão de obra barata e de qualidade.

As reformas foram sendo feitas em etapas, valorizando a eficiência e buscando aumentar a transparência e autonomia das empresas. Logo, percebe-se que um brusco processo de privatização foi evitado. As políticas públicas na China agiam na medida de proporcionar um ambiente *market-friendly* tendo, então, como núcleo estabilidade macroeconômica, abertura comercial, investimentos em capital humano (Cunha, 2006). No caso de Japão, Coréia do Sul e Taiwan houve também políticas de crédito direcionado e uma promoção mais vertical da indústria em determinados setores. É importante lembrar que apesar dessas facilidades o estado tinha por princípio a meritocracia o que permitiu que a aplicação destas políticas fosse capaz de gerar bons frutos.

Com o Estado sempre conduzindo esse processo de contato da China com o Capitalismo percebe-se que este poder de intervenção mostrou-se muito útil em diversos momentos, pois permitiu que o governo agisse no sentido de evitar que os processos de mudança prejudicassem grupos vulneráveis, evitando maiores custos sociais.

Industrialização e Desenvolvimento Agrário

Para entendermos o atual estado da arte da indústria chinesa precisamos observar o processo ao longo da história e como a questão fundiária se conforma. No caso da China, grande parte das transformações estruturais que vemos hoje estruturadas se deram no período histórico em que Mao Tsé Tung (1949-1976) governava.

Apesar de haverem muitas contradições neste período do ponto de vista distributivo, o governo Mao deixou duas importantes heranças para a China atual: 1- da eliminação da propriedade, que garantiu uma notável baixa fatia da renda indo para os 10% mais ricos da população e uma das mais baixas desigualdades intra-urbanas do mundo, e 2- do sistema de comunas rurais, que supriu, ainda que com inumeráveis imperfeições, segurança alimentar, cuidados médicos e educação básica a 80% da população nacional. Em um país com o tamanho da população chinesa a questão alimentar é de suma importância. Assim, percebemos que a reforma agrária que aconteceu neste governo foi fundamental porque permitiu que o país se debruçasse sobre a industrialização. No caso, a opção do Partido Chinês foi investir esse excedente agrícola, principalmente, na indústria pesada (Moraes,2011). A industrialização durante o maoísmo não foi modesta nem confinada apenas nas cidades da costa. Entre 1952 e 1979 a média de crescimento da indústria foi de 9,2%, segundo Maddison. Pode-se afirmar então, de acordo com a tabela 1.1 que o foco na atividade econômica chinesa tornou-se a indústria.

Estrutura do PIB chinês

Tabela 1.2
Em % do PIB, preços constantes

	1890	1952	1978	1995
Agricultura, Pesca, e floresta	68,5	58,6	33,7	23,2
Indústria	8,1	9,9	34,7	41,1
Construção	1,7	1,7	3,3	5,8
Transporte e Comunicação	5,5	2,4	3,5	5,2
Comércio e Restaurantes	8,2	6,5	5	7,3
Outros serviços(incl. Governo)	8	20,9	19,7	17,4

Fonte: Maddison, 1998 apud Moraes.

Observando os dados da tabela 1.3 fica claro que a industrialização tinha um forte objetivo estratégico-militar. Acredita-se que o motivo que mais motivaria esse intuito é a história chinesa que é marcada por diversas invasões que humilharam o povo ao longo do século XIX. Ao mesmo tempo, os dirigentes do Partido Comunista Chinês tinham consciência de que o crescimento só seria proporcionado se houvesse um alto grau de investimento.

Paralelamente a estratégia Maoísta de industrialização pesada ela também carregava um forte compromisso com a descentralização por dois motivos: (i) Preocupação com o crescimento das desigualdades e (ii) principalmente pelo medo de se concentrar a indústria militar em apenas uma região o que poderia gerar riscos militares (Moraes,2011). Em vista disso, a China passou por um processo inédito, industrialização sem urbanização e ao mesmo tempo a indústria cresceu muito na era Maoísta. Hoje esse gap entre o rural e o urbano é um dos maiores desafios da China contemporânea visto que ele sustenta fortes desigualdades, legitimadas pelo rígido controle de imigração.

Composição do produto industrial bruto durante o maoísmo

Tabela 1.3

Indústria leve e pesada (%)		
	Leve	Pesada
1950	70,7	29,3
1955	59,2	40,8
1960	33,4	66,6
1965	51,6	48,4
1970	46,2	53,8
1975	44,2	55,8
1980	47,2	52,8

Fonte: NBS, 1999, Comprehensive Statistical Data, tabela A-34 apud Moraes

Uma das formas pelas quais o Estado fomentava essas altas taxas de investimento era por meio do Setor Produtivo Estatal que tem sido um dos maiores propulsores do crescimento chinês (Medeiros, 1997). As empresas estatais vão dando espaço para o mercado e exercem um papel chave porque marcam o processo de descentralização econômica pelo qual a China vem passando. A partir de 1997 o Estado chinês adota a estratégia de que se denominou Zhua Da Fang Xiao (Reter as Grandes, Soltar as Pequenas). Desta forma as pequenas empresas a partir desta época foram sendo privatizadas ou passariam a operar sob o controle dos trabalhadores sob a forma de TVEs (Township and Village Enterprises) (Pedrozo, 2009).

“Em relação a gestão da economia e às relações entre mercado e plano, a via chinesa de desenvolvimento logrou obter uma combinação original dos diferentes níveis em que se estrutura o processo decisório da economia. Num pólo aumentou o planejamento da economia através de empresas estatais voltadas a maior integração do mercado de trabalho. Num outro pólo, reforçou-se a autonomia das empresas de vilas e municípios e dos camponeses na produção e comercialização a preços de mercado” (Medeiros apud Pedrozo, 1999, pg 403)

A tomada de protagonismos das TVEs é tão expressivo que o Valor adicionado delas, que respondiam por 6% do PIB em 1978, cresceu para 26% do PIB em 1996, números altamente significativos dado o alto crescimento econômico no período (Moraes, 2011). Existiriam três principais motivos que explicariam o grande crescimento destas empresas : (i) grande abundância de crédito para essas empresas nos anos 80, (ii) aumento de renda rural e um mercado de bens de consumo em expansão e (iii) incentivos fiscais viabilizados por meio de acordos do governo local com o central.

A estratégia do governo chinês foi concentrar-se nas atividades estatais que são pré-requisitos para as demais. Desta forma os grandes monopólios estatais concentraram-se nas atividades de extração (petróleo e carvão), utilidades públicas e indústria pesada em particular na siderurgia e na química, dando espaço TVEs nos demais setores da economia (Medeiros, 1997).

O papel das Town Village Enterprises no Desenvolvimento Chinês

Na trajetória histórica das reformas implementadas pelo Partido Comunista Chinês um dos seus maiores esforços foi o fomento ao aumento da produtividade da Agricultura afim de garantir a segurança alimentar. Tais reformas iniciam-se em 1976 com Deng Xiaoping estabelecendo como diretriz a propriedade coletiva dos meios de produção. O papel das Town Village Enterprises está muito imbricado nesse dimensionamento espacial da população já que ao garantir oportunidades de trabalho para a população rural o Estado chinês reduz os fluxos migratórios à capacidade real de absorção de mão de obra das grandes cidades. É uma possível solução para as desigualdades regionais geradas pela industrialização urbanizadora como aconteceu em outros países emergentes, tais como o Brasil. Graças ao dinamismo das TVEs foi registrado um crescimento do PIB per capita de 8,1% ao ano (setor rural) e encontra-se hoje com pouco mais de 50% da população vivendo em zonas rurais.

As TVEs surgem de contratos de responsabilidade entre autoridades locais e grupos produtivos locais. Um primeiro tipo de tal empreendimento caracteriza-se por um grupo de pequenas famílias e trabalhadores individuais assumirem um contrato com sua vila para realizar atividades agrícolas como semear, irrigar, colher e etc, tendo estabelecidos indicadores fixos de desempenho em termos de quantidade, qualidade, custos e pagamento de taxas e lucros. Num

segundo tipo, as famílias se comprometem a um determinado nível de produção, podendo ficar com o excedente caso existisse. Num terceiro tipo, o contrato exigia que as famílias entregassem a produção líquida para o Estado após fornecer uma parte do excedente para seus próprios produtores (Masiero, 2006)

Conforme a experiência foi se aprofundando, as TVEs foram produzindo produtos de maior valor agregado, sendo que algumas delas se especializam na produção de insumos agrícolas. Outras unidades de especializam na produção de galinhas, porcos, transportes, assistência técnica, sistema de irrigação e controle de pragas e etc. Por outro lado, tal especialização produtiva começa a gerar assimetrias entre as TVEs, havendo algumas que com o passar dos anos acumulam montantes de capital superiores às demais.

O sucesso alcançado pelas TVEs em termos de crescimento da produção e, num primeiro momento, redução da pobreza estaria relacionado ao regime de responsabilidade familiar compartilhada que teria sido capaz de despertar o espírito empreendedor no camponês chinês para a literatura *mainstream* sobre o assunto. Tal corrente teórica alinhada ao pensamento neoclássico explica a estagnação da produção nos anos 80 atribuindo às características da reforma da terra chinesa, na qual indivíduos têm contratos de uso da terra, mas propriedade segue estatal (Wen, 1995).

Apesar de acreditarem que a propriedade privada é fundamental para a constituição de um mercado não é isso que observamos na experiência chinesa. O estabelecimento da propriedade privada socialista não foi uma preocupação das autoridades chinesas, sendo que a terra continuava pertencendo aos Townships e Villages os quais determinavam em termos financeiros os tipos de produtos e as quantidades. Apesar de tal estrutura nos remeter a um comportamento econômico de maximização dos lucros, as TVEs passam também a ser responsáveis por fornecer bens públicos para a população local tais como: serviços públicos de saúde, educação, abastecimento de energia, sistemas de irrigação e etc.

Abertura Comercial

A via chinesa de crescimento é um modelo híbrido que mescla características de economias lideradas pela exportação, típica dos tigres asiáticos, assim como de trajetórias de Desenvolvimento focadas no mercado interno. Apesar dos grandes ganhos de produtividade na agricultura, principalmente em vista das reformas implementadas a partir de 1976, a China nunca conseguiu ser totalmente auto-suficiente neste quesito o que sempre a obrigou a ser importadora de alimentos. Desta forma, a capacidade de importar sempre foi uma das suas restrições fundamentais a industrialização (Medeiros,2006). Com a substituição das exportações no sentido de exportar bens industrializados e importar bens primários foi fundamental para a estratégia chinesa de sustentar o crescimento.

Com uma população do tamanho da chinesa o que faz com que ela seja capaz de gerar grandes impactos na demanda mundial, assim, o governo chinês ganha grande poder de barganha ao negociar *joint ventures*. Conseguindo, desta forma, acordos que incluem transferência de tecnologia. Além disso, o mercado interno representa uma grande base de expansão para as empresas chinesas. Isso se dá na medida em que elas ganham economias de escala vendendo para o mercado interno e após, com o apoio de políticas estatais, passem a exportar.

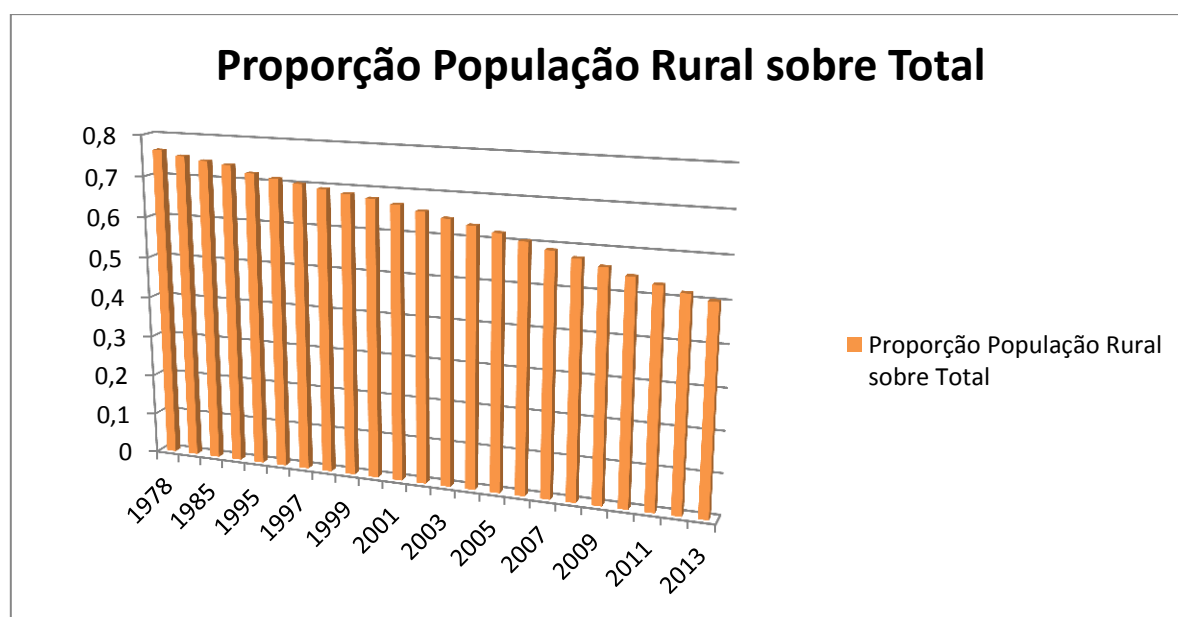
Nos anos 80, a pauta de exportação chinesa assim como a dos demais tigres asiáticos, concentrava-se em produtos intensivos em mão de obra e de baixo valor unitário. Esta era a pauta tanto das empresas estatais, das *joint ventures* estrangeiras que viriam a formar o núcleo das zonas econômicas especiais. Neste período também foi registrado um grande volume migratório para as cidades. Com o aumento da produtividade no campo, muitos trabalhadores foram tornando-se desnecessários.

Nos anos 90 o governo chinês também pensando neste problema da balança de pagamentos adotou uma ousada estratégia industrial na qual o governo selecionou 120 grupos empresariais para um seleto conjunto de empresas para atuarem em setores estratégicos. Foram estabelecidas dezenas de zonas de desenvolvimento tecnológico e ao mesmo tempo também foi feita uma modernização da infra-estrutura a fim de integrar populações e territórios do interior (Medeiros,2006). O intuito do governo neste ponto, sobretudo a partir de 1996, era desenvolver padrões tecnológicos básicos com foco na microeletrônica, tecnologia da informação, e a indústria aeronáutica (Lyrio, 2010).

O volume de exportações da China cresceu de 1984 a 1995 num ritmo extraordinário com taxa média de 17% ao ano. O grau de abertura da economia chinesa pulou de 10% em 1978 para 44% em 1995 (Medeiros,1997). Além disso hoje a China é o terceiro maior player global atrás apenas de Alemanha e Estados Unidos. Para apenas se mensurar como este alto grau de internacionalização se modificou rapidamente nos últimos anos na China.

Urbanização e Concentração de renda

Como se observa no gráfico 1, a população da China está se tornando cada vez mais urbana. A garantia do acesso universal a terra para todos era o que garantia a não existência de uma classe de pobres sem terra, como é o padrão em muitos países subdesenvolvidos similares. Assim, tal garantia fundiária representava uma política mitigadora de riscos sociais em vista da inexistência de um sistema de seguridade social específico para esta categoria



Fonte: China Statistical Yearbook, 2014 Gráfico: Elaboração própria

Apesar do forte controle migratório mediando as relações entre a população rural e urbana na cidade, a China tem se transformado num país cada vez mais urbano. Esta transição, mesmo controlada pelo Estado, tem um forte potencial gerador de desigualdades como pôde-se observar na

experiência da América Latina. No China Statistical Yearbook 2014 não há dados da distribuição de renda per capita entre os trabalhadores do campo e da cidade, só é possível encontrar categorias de renda per capita que avaliam tal variável dentro da categoria urbana ou dentro da categoria rural, de forma que não há nenhum comparativo entre elas.

Grande parte da expansão da renda na China per capita chinesa posteriores as reformas implementadas por Deng Xiao Ping foi drenada por gastos sociais que deixaram de ser cobertos pelo Estado. Tais reformas introduziram um processo de individualização do financiamento dos bens públicos, tais como saúde, previdência, moradia e educação. Assim, as parcelas mais baixas estratificação social chinesa gastam uma proporção maior de sua renda para acessar tais bens, impulsionando uma tendência concentradora.

A crescente expropriação da terra de agricultores é uma recente mudança na configuração social das zonas rurais chinesas. A garantia de acesso a terra acabava sendo uma política social de forma que permitia a todos, ao menos, certo consumo de subsistência. Na medida em que as cidades foram crescendo, os governos locais foi dada a autorização aos governos locais para desapropriarem algumas regiões rurais sob três argumentos: (i) utilização para bens públicos, tais como construção de estradas, ferrovias, aeroportos, projetos de irrigação e energia (ii) uso industrial e (iii) desenvolvimento dos negócios. A abrangência das três categorias dá amplo poder discricionário para os governantes locais, de forma que as cotas de conversão anuais de transformação de propriedades coletivas em privadas que são delimitadas pelo governo central estão sendo largamente desrespeitadas (Moraes,2011).

Tal epidemia de expropriações vem aliada ao crescimento das cidades, o aquecimento do mercado imobiliário e a intensificação da especulação neste mercado. De tal forma que o camponês acaba pagando o custo da urbanização. Além disso, tal processo desenfreado já está começando a gerar custos ambientais. Um exemplo é a desertificação que afeta a fertilidade dos solos que poderiam ser cultivados pelos pequenos produtores. Uma pesquisa feita pelo Governo Central em 1990 já demonstrava uma área de 1.7 milhão de quilômetros quadrados transformados em deserto, o que representa 17.6 % do território chinês (Riskin, 2008).

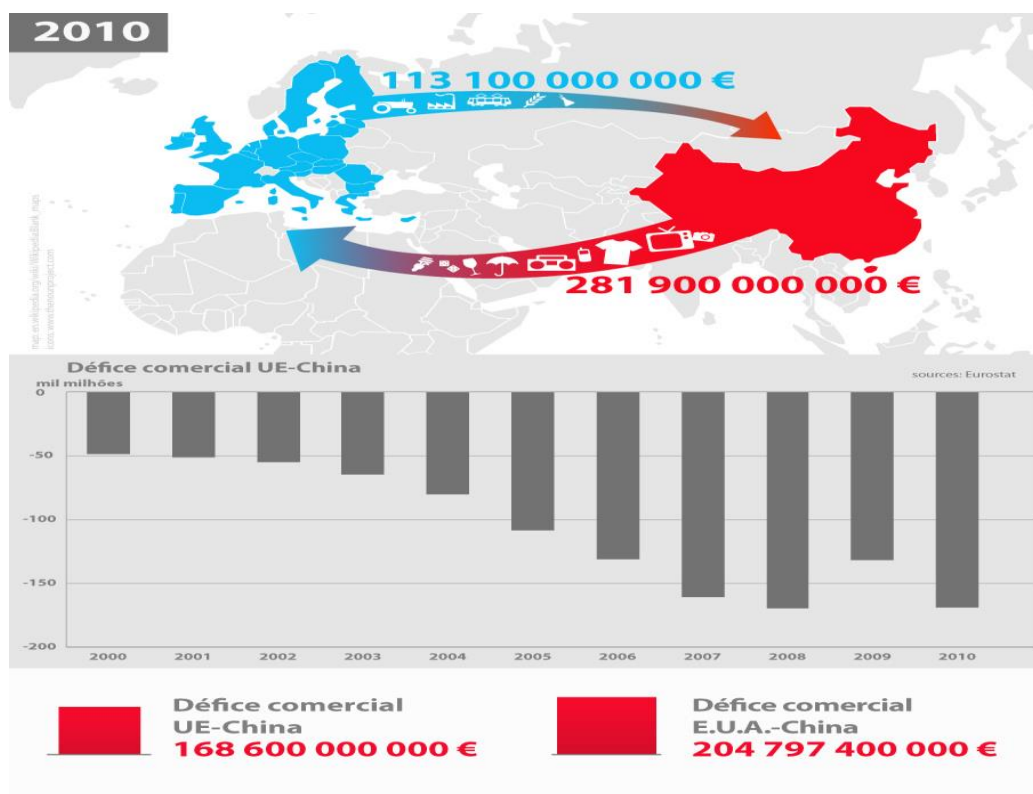
Assim, a classe trabalhadora além de estar sofrendo com a retração das políticas sociais e

com as desapropriações ainda é mais vulnerável aos custos ambientais gerados pelo crescimento desenfreado.

Considerações Finais

Como pudemos perceber ao longo do trabalho, o modelo de desenvolvimento chinês está intimamente ligado com o seu grau de abertura de forma que a exportações representam um eixo dinâmico e muito significativo na composição do PIB. Além disso, o papel do Estado como intermediador entre o regime socialista e o mercado global é um elemento vital e peculiar da experiência chinesa. No entanto, é fato que de 2008 para cá o mundo tem vivido um período de recessão devido a grave crise financeira que atinge os países desenvolvidos. Também é importante lembrar que Estados Unidos e Europa também são grandes importadores da China (ver figura abaixo), tendo altos déficits comerciais com esse país. A maior parte dos bens exportados pela China são bens de consumo leves que são altamente sensíveis a uma queda da renda. Desta forma, a desaceleração dos norte-americanos e europeus pode afetar as altas taxas de crescimento chinesas.

Além disso, hoje o Yuan ainda está muito desvalorizado. No entanto, o governo chinês só tem conseguido se sustentar devido a grandes repasses para as zonas que não estão sob regime especial, gerando um alto custo fiscal para manter esta política. Também existe uma forte pressão americana contra a centralização cambial e política de compra de reservas do Banco Central chinês que impedem que o Yuan se valorize (Medeiros,2006). É claro que devido a posição confortável de suas reservas e balança comercial, diferente dos demais países em desenvolvimento, dá a China uma maior autonomia no sentido de implementar suas políticas.



Fonte: Eurostat

Então, no atual quadro em que o mercado mundial está se desaquecendo, a economia doméstica passa a desempenhar uma maior importância. No entanto, o mercado interno chinês não está em pleno vapor devido à atual tendência a má distribuição da renda devido ao aumento da disparidade salarial entre os trabalhadores urbanos e rurais. O Estado chinês tem conseguido aumentar substancialmente suas arrecadações, porém, a receita não foi bem repartida, fazendo crescer a distância entre ricos e pobres no país. Com isso, a maior parte da população se enquadra como classe “média” e “pobre” e, sem ter recursos financeiros “confortáveis”, as famílias não conseguirão consumir adequadamente, algo extremamente necessário para manter a estabilidade sócio-econômica do país. O “12º Plano Econômico Quinquenal” foi anunciado com o aumento anual do salário mínimo chinês em 13% ao ano até o ano de 2015, sendo aplicado em todas as províncias chinesas. Com esta medida, o Governo espera que a população chegue a obter uma estabilidade social. Não houve apenas o aumento do salário, mas também a “isenção do imposto de renda” para rendimentos até 3,5 mil yuans, um montante em torno dos R\$ 1.155,00.

O tema “distribuição de renda” na China está em um nível muito alto de consideração, sendo a grande pauta do Governo neste ano. As soluções oferecidas pelos formuladores de políticas resumem-se em “*ir à raiz do problema*”, conforme apontou Chen Shaohua, uma estatística sênior do “Grupo de Pesquisas Econômicas do Banco Mundial” em Washington.

O hibridismo do sistema de propriedade e de produção Chinês desafia os modelos teóricos de várias correntes do pensamento econômico. Assim, se pensarmos sob o olhar Marxista, poderíamos concluir que República Popular da China é uma Economia Burguesa por ter como seus elementos estruturais as características elencadas por Marx: capital, trabalho assalariado, Estado, comércio exterior, mercado mundial.

Por outro lado, no caso das TVEs, a estratégia de “reter as grandes e soltar as pequenas” pode facilitar o crescimento do poder econômico das grandes. O que pode ser perigoso para formação de falhas de mercado e intensificação de um processo de concentração de renda. Tal acumulação do poder econômico, pode até gerar problemas de demanda no mercado interno que tem sido uma variável chave de sustentação do crescimento chinês.

Já está ficando cada vez mais claro para as autoridades chinesas que a distribuição de renda pode se tornar o maior obstáculo ao crescimento. A crescente urbanização acaba por intensificar as desigualdades, já que a incidência da pobreza é maior nas cidades no caso chinês (World Bank, 1992). Se não houver nenhuma mudança de tendência, há fortes indícios de que está acontecendo um fenômeno de concentração de renda.

Além disso, a questão das desapropriações e da privatização da terra traz a tona riscos sociais e ambientais que parecem não estar sendo levados em conta pelas autoridades chinesas. Hoje a China já é o maior emissor de dióxido de carbono para a atmosfera, mais da metade da água dos rios já não está mais própria para o consumo humano.

Logo, percebe-se que é importante que a China seja mais estudada. Afinal, as taxas de crescimento chinesas são surpreendentes e a forma como elas têm sido alcançadas contraria em grande parte o pensamento ortodoxo que ainda rege muitas escolas de economia. Portanto, é necessário realizarmos um grande esforço teórico no sentido de tentar entender o que está acontecendo na China sem tentar encaixá-la nas velhas teorias, integrando sua trajetória de desenvolvimento econômico num contexto espacial e territorial, permitindo, assim, que surjam novas teorias capazes de explicar por outras relações de causa e consequência.

Referências Bibliográficas:

BOMJARDIM, Fabrício. **“Distribuição de renda na China e o futuro econômico do país”** Acesso em 17/11/2012 Disponível em

http://jornal.ceiri.com.br/index.php?option=com_content&%3Bview=article&%3Bid=2892%3Adistribui%3Bcao-de-renda-na-china-e-o-futuro-economico-do-pais&%3Bcatid=33%3Aanalises-de-conjuntura&%3BItemid=644&utm_source=feedburner&utm_medium=email&utm_campaign=Feed%3A+com%2FCEIRI+%28ATUALIDADES+CEIRI%29

CUNHA, André Moreira. **“A ascensão da China à Condição de Potência”**, Associação Nacional de Pós Graduação em Economia, 2008.

EVANS, Peter. **“Autonomia e Parceria: Estados e transformação industrial”** Rio de Janeiro, editora UFRJ, 2004

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz. **“A economia Política do Modelo Econômico Chinês: o estado e o mercado e os principais desafios.”** Texto para discussão nº02/2009, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2009.

JAGUARIBE, A. **“China: estratégias de modernização alternativa”**. Desenvolvimento em debate, v.2, n.2, p.39-49, maio–agosto 2011.

LYRIO, Maurício Carvalho. **“A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos”**, FUNAG, Brasília, 2010

MARX, K. **“Contribuição à Crítica da Economia Política.”** São Paulo: Martins Fontes, (1859) 1977.

MASIERO, Gilberto. **“Origens e desenvolvimento das Township and Village Enterprises (TVEs) chinesas”**. Revista de Economia Política, vol. 26 nº3, pp. 425-444 julho-setembro, 2006.

MORAIS, Isabela Nogueira. **“Desenvolvimento Econômico, Distribuição de Renda e Pobreza na China Contemporânea.”** Dissertação de doutorado, Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. **“Notas sobre o desenvolvimento econômico recente na China.”** In: O Papel de Hong Kong na modernização da China, 1997. Coleção documentos; Série Assuntos Internacionais. São Paulo, 1997. v. 50. p. 1-13.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de **“A China como um duplo pólo na economia mundial e a recentralização da economia asiática”** Rev. Econ.Polit. vol.26 no.3 SãoPaulo July/Sept. 2006

OLIVEIRA, Márcio. **“O dragão chinês contra a crise - China só faz crescer. E sonha em ser a maior potência econômica do mundo”**, IPEA Desafios do desenvolvimento, acesso em 17/11/2012, disponível em:

http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1513:catid=28&Itemid=23

PEDROZO, Gustavo Erler. **“A via Chinesa de desenvolvimento e o papel das estatais na dinamização da economia”**, revista aurora ano III nº 4 julho de 2009.

RISKIN, Carl **“Property Rights and the Social Costs of Transition and Development in China”**, Working Paper, Columbia University, 2008. Disponível em: http://www.qc-econ-bba.org/facultypages/riskin/Papers/Property_Rights_and_Social_CostsWP.pdf

TREVISAN, Cláudia. **“China promete aumentar salários para melhorar distribuição de renda”** em Folha de S. Paulo em 6/3/2011 disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,china-promete-aumentar-salarios-para-melhorar-distribuicao-de-renda,688386,0.htm>

Wen, G. **“The Land Tenure System and its Saving and Investment Mechanism: the Case of Modern China”**, Asian Economic Journal, Vol. 9, No. 31, pp. 233-259, 1995.